



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13624850>

e-ISSN: 2177-8183

**FORMAÇÃO DESIGUAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE
HISTÓRICA**

***UNEQUAL FORMATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A HISTORICAL
ANALYSIS***

***FORMACIÓN DESIGUAL DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL: UN
ANÁLISIS HISTÓRICO***

Alexandro Fernando do Carmo

alexandro.fernando@gmail.com

Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (UERN)

RESUMO

O ensino superior no Brasil reflete as complexas dinâmicas históricas, sociais e regionais do país ao longo dos séculos. Desde suas origens, o sistema educacional superior brasileiro evidencia uma formação concentrada, tanto geográfica quanto socialmente, refletindo desigualdades que remontam ao período colonial e persistem até os dias atuais, apesar de certa mitigação no início do século XXI. Este artigo propõe apresentar panorama histórico abrangente do ensino superior brasileiro, destacando os processos que contribuíram para sua formação desigual. A metodologia adotada baseia-se em um estudo descritivo, bibliográfico e documental, com abordagem qualiquantitativa, visando compreender os complexos mecanismos que influenciaram a concentração regional e social do ensino superior no Brasil. O embasamento teórico abrange uma ampla revisão bibliográfica, incluindo as contribuições de diversos autores, como Teixeira, Sampaio, Zotti, Martins, Durhan, Fávero, Barreyro, Saviani e Cunha, cujas análises oferecem *insights* valiosos sobre os processos históricos e estruturais do ensino superior brasileiro. Por meio dessa investigação, busca-se elucidar as raízes profundas da desigualdade no ensino superior brasileiro, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e crítica das questões educacionais no país.

Palavras-chave: ensino superior. formação concentrada. desigualdade.

ABSTRACT

Higher education in Brazil reflects the country's complex historical, social, and regional dynamics throughout the centuries. From its origins, the Brazilian higher education system has shown a concentrated formation, both geographically and socially, reflecting inequalities dating back to the colonial period and persisting to the present day, despite some mitigation in the early 21st century. This article aims to present a comprehensive historical overview of Brazilian higher education, highlighting the processes that contributed to its uneven formation. The methodology adopted is based on a descriptive, bibliographic, and documentary study with a qualitative-quantitative approach, aiming to understand the complex mechanisms that influenced the regional and social concentration of higher education in Brazil. The theoretical framework encompasses a wide-ranging literature review, including contributions from various authors such as Teixeira, Sampaio, Zotti, Martins, Durhan, Fávero, Barreyro, Saviani, and Cunha, whose analyses offer valuable insights into the historical and structural processes of Brazilian higher education. Through this investigation, we seek to elucidate the deep roots of inequality in Brazilian higher education, contributing to a more comprehensive and critical understanding of educational issues in the country.

Keywords: higher education. concentrated formation. inequality.

RESUMEN

La educación superior en Brasil refleja las complejas dinámicas históricas, sociales y regionales del país a lo largo de los siglos. Desde sus orígenes, el sistema educativo superior brasileño evidencia una formación concentrada, tanto geográfica como socialmente, reflejando desigualdades que se remontan al período colonial y persisten hasta nuestros días, a pesar de cierta mitigación a principios del siglo XXI. Este artículo propone presentar un panorama histórico amplio de la educación superior brasileña, destacando los procesos que contribuyeron a su formación desigual. La metodología adoptada se basa en un estudio descriptivo, bibliográfico y documental, con un enfoque cuali-cuantitativo, con el objetivo de comprender los complejos mecanismos que influenciaron la concentración regional y social de la educación superior en Brasil. El fundamento teórico abarca una amplia revisión bibliográfica, incluidas las contribuciones de diversos autores, como Teixeira, Sampaio, Zotti,

Martins, Durhan, Fávero, Barreyro, Saviani y Cunha, cuyos análisis ofrecen ideas valiosas sobre los procesos históricos y estructurales de la educación superior brasileña. A través de esta investigación, se busca elucidar las raíces profundas de la desigualdad en la educación superior brasileña, contribuyendo a una comprensión más amplia y crítica de las cuestiones educativas en el país.

Palabras-clave: educación superior; formación concentrada, desigualdad.

INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil é um reflexo das intrincadas dinâmicas históricas, sociais e regionais que moldaram o país ao longo dos séculos. Desde suas origens, o sistema educacional superior brasileiro tem sido marcado por uma formação concentrada, tanto geográfica quanto socialmente, refletindo desigualdades que remontam ao período colonial e que persistem até os dias atuais. Essa realidade persiste apesar da significativa amenização que ocorreu com a mudança na forma de atuação do Estado brasileiro nos anos iniciais do século XXI. Nesta perspectiva, este artigo se propõe a traçar um panorama histórico holístico do ensino superior brasileiro, destacando os processos que contribuíram para sua formação desigual.

Para atingir esse objetivo, adotamos uma metodologia baseada em um estudo descritivo, bibliográfico e documental, com uma abordagem qualiquantitativa. Por meio deste método, buscamos compreender os complexos mecanismos que influenciaram a concentração regional e social do ensino superior no Brasil.

O embasamento teórico deste estudo é fundamentado em uma ampla revisão bibliográfica, incorporando as contribuições de diversos autores que se debruçaram sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Destacam-se – entre esses – os trabalhos de Teixeira (1989), Sampaio (1991), Zotti (2002), Martins (2003), Durhan (2003), Fávero (2006), Barreyro (2008), Saviani (2011) e Cunha (2017), cujas análises

oferecem *insights* valiosos sobre os processos históricos e estruturais que moldaram o ensino superior brasileiro.

Por meio dessa investigação, buscamos lançar luz sobre as raízes profundas da desigualdade no ensino superior brasileiro, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e crítica das questões educacionais em nosso país. Ao compreendermos o passado, podemos melhorar o presente e construir um futuro mais justo e equitativo para a educação superior.

DAS ORIGENS COLONIAIS: UM ENSINO SUPERIOR RESTRITO, ELITISTA E UTILITARISTA

A origem do ensino superior no Brasil só pode ser interpretada como um instrumento de dominação de um aparelho educacional a serviço da exploração da colônia pela metrópole. A conquista do Brasil pelos portugueses se deu no seio de uma expansão econômica e política de certos Estados europeus, buscando, por meio, da abertura de novas linhas comerciais, superar as limitações impostas pelas relações sociais feudais. O sistema colonial surge – então – como uma variante para fortalecer a acumulação primitiva de capital que acabaria por impulsionar a emergência da civilização industrial. No bojo da colonização, estavam presentes vários meios de exploração que Portugal e os outros países colonizadores desenvolveram para que pudessem manter o monopólio na extração das riquezas coloniais. Porém, esses mecanismos de exploração suscitavam a resistência dos colonos contra os quais se mobilizava o aparelho repressivo metropolitano. O exército e a marinha – em conjunto com um aparelhamento ideológico educacional coincidente com os interesses da igreja católica – formavam as bases de sustentação de tal aparelho (Cunha, 2007).

Nesse contexto, estavam inseridos os primeiros cursos de ensino superior criados no Brasil, sob a direção da Companhia de Jesus, que chegou ao país em 1549. Nos colégios jesuítas, havia quatro graus de ensino, entre eles os cursos de Artes e Teologia, que funcionavam em colégios e seminários e correspondiam ao ensino de nível superior na colônia. No entanto, esses cursos ocorriam distantes do contexto universitário, pois o poder monárquico impediu qualquer desenvolvimento autônomo da terra brasileira, inclusive a criação de universidades. Além disso, esses cursos estavam direcionados para a viabilização da dominação metrópole-colônia já voltados para a formação de elites e de lideranças da sociedade colonial e para a consolidação da doutrina católica e do modelo econômico desejado por Portugal (Teixeira, 1989; Cunha, 2007).

Durante a terceira quadra do século XVII, a Companhia de Jesus – principal responsável pelo ensino superior na colônia – foi expulsa do Império Português por ato do Marquês de Pombal. A expulsão da Companhia repercutiu no ensino superior, provocando o fechamento dos colégios jesuítas na Bahia, em Recife/PE, em Olinda/PE e em Mariana/MG. No lugar do extinto sistema, foram criadas – tardiamente – as aulas régias de matérias isoladas. Essas serviam apenas para a mínima formação daqueles que iriam ser educados na Europa, especificamente na Universidade de Coimbra. Nesse sentido, as reformas pombalinas que se para Portugal foram avanços, para o Brasil, significaram retrocessos em termos de educação escolar (Zotti, 2002).

Dessa forma, a trajetória do ensino superior no país até a transferência da sede do império metropolitano português, para o Brasil, ocorreu de vagarosamente, acontecendo não propriamente dentro de uma organização administrativo-pedagógica própria do ensino superior. Tanto a criação de universidades quanto a condução dos colégios e/ou cursos isolados eram votados para a formação de um quadro burocrático a serviço de um projeto de dominação e expropriação: a colonização.

A mudança da corte real – em 1808 – marcou um novo ciclo na história do ensino superior no país, com o surgimento das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES). Autores como Durham (2003), Sampaio (1991) e Saviani (2011) salientam que esse período – na verdade – seria o início da história do ensino superior no Brasil. Neste ano da chegada da família real, foram estabelecidos os centros de ensino de Cirurgia e Anatomia, em Salvador e no Rio de Janeiro, respectivamente. Foi criada também a Academia de Guarda Marinha na capital carioca. Apenas dois anos depois – em 1810 – viu-se a fundação da Academia Real Militar, conhecida hoje como a Escola Nacional de Engenharia instalado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já em 1814, surgiu o curso de Agricultura; em 1816, a criação da Real Academia de Pintura e Escultura (Sampaio, 1991).

A criação dessas instituições – porém – não representou nenhuma ruptura com o formato que o ensino superior assumiu no período colonial. Uma das causas dessa circunstância foi a ausência de empenho ou interesse por parte da coroa portuguesa em estabelecer uma universidade. O que se estabeleceu foram instituições educacionais independentes, formando – dessa maneira – um sistema de ensino superior restrito apenas às profissões liberais, em um pequeno número de estabelecimentos (Durham, 2003; Teixeira, 1989).

Sobre a situação do ensino superior no período imperial, cabe evocar a sugestiva análise feita por Sampaio (1991). Segundo ela, ao longo dessa fase inicial – que abrange de 1808 a 1889 – observa-se um crescimento gradual do sistema de ensino superior, acompanhando de perto as limitadas mudanças sociais e econômicas da sociedade brasileira. Era um sistema focado no ensino, que garantia a obtenção de um certificado profissional que conferia o direito a ocupar posições privilegiadas no limitado mercado de trabalho da época e a garantir reconhecimento social.

Após a Proclamação da República – em 1889 – algumas mudanças ocorreram na estrutura de ensino superior nacional. A nova constituição – de 1891 – descentralizou organizacionalmente o ensino superior, que antes era considerada uma divisão do poder central, e levou em consideração a criação de novas instituições, tanto estaduais como locais, e do setor privado. A expansão e diversificação do sistema foram resultados imediatos dessas alterações. No período de 1889 a 1918, foram fundadas 56 novas instituições de ensino superior, sendo a maioria delas de caráter privado (Durham, 2003).

No entanto, Teixeira (1989) lembra que a República continuou a tradição de resistência quanto à criação de universidades. O padrão de instituições educacionais independentes para a capacitação de profissionais liberais permaneceu predominante ao longo de toda a primeira República. A quase inexistência de manifestações a favor da criação de universidades no país se explica pelo fato de que havia – no Brasil, na classe governante brasileira – a concepção de que a sociedade que se estava construindo iria ser uma sociedade utilitária, um povo de trabalho; pouco se ganharia com a educação universitária. Nessa perspectiva, da cultura utilitarista, Teixeira (1989, p. 59) destaca que “*o Brasil conservava a posição de defender uma educação superior de tipo utilitário e restrito às profissões, esquecendo-se de sua função de formadora da cultura nacional e da cultura científica chamada pura ou ‘desinteressada’*”.

Dito isso, é importante abrir um parêntese para enfatizar que a implantação do sistema educacional paulista remonta a esse período – por volta de 1880-1900 – integrando-se à modernização do Estado. Com a expansão cafeeira e a transferência do polo da economia brasileira para o estado, teve início um processo de expansão urbana e desenvolvimento industrial. Em conjunto, a consolidação de uma classe média urbana, impulsionada pela chegada de imigrantes europeus e japoneses, esteve diretamente ligada à prestação de serviços, ao surgimento de pequenas indústrias, à profissionalização e – naturalmente – ao avanço do sistema educacional.

Dessa forma, o sistema educacional de São Paulo surge como uma resposta às transformações econômicas e sociais, fornecendo a base para sua expansão e diversificação. Ao longo do século XX, São Paulo desenvolveu um sistema de universidades predominantemente estaduais, em contraste com outros estados. A Universidade de São Paulo (USP) – estabelecida em 1934 – destacou-se ao antecipar a implementação de pesquisas, regimes de tempo integral e programas de doutorado em comparação com outras instituições. Além disso, o estado se destacou ao estabelecer uma entidade contemporânea de suporte à pesquisa, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que opera de forma independente do governo federal. Isso solidificou a posição de liderança do estado no âmbito da pesquisa acadêmica. Esse conjunto de eventos é responsável pela notável concentração do sistema de ensino superior brasileiro na região Sudeste (Durham, 2003; Sampaio, 1991).

A urbanização e as transformações econômicas decorrentes da industrialização que – marcam a década de 1920 – provocaram um movimento de modernização do ensino superior. Nesse período, a bandeira da reforma educacional, empunhada por uma plêiade de educadores e um pequeno grupo de cientistas, propôs a criação de grandes universidades públicas que não fossem apenas locais de ensino e sim espaços de desenvolvimento das ciências básicas, da pesquisa e da formação profissional (Durham, 2003). Esses movimentos surgidos nos anos 1920 – para Teixeira (1989) – foram, inegavelmente, um sinal de que a nação acordava do torpor da imobilidade intelectual, social e política herdada da longa estagnação dos períodos anteriores.

Foi no seio desse despertar que surgiu a primeira concepção de uma estrutura universitária – na década de 1920 – com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Essa instituição foi estabelecida pela fusão da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade Nacional de Direito. Essa constituiria na primeira

universidade brasileira, seguida pela Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, fundada em 1927 (Saviani, 2011; Teixeira, 1989).

A revolução de 1930 e a instalação do Governo Vargas marcam um momento de reacomodação dos interesses dominantes com a decadência da civilização agrária (oligárquicas cafeeiras) e a ascensão da civilização urbano-industrial. Foi um período de transição de um modelo capitalista dependente agroexportador para um modelo igualmente capitalista e dependente urbano-industrial. Nessa nova conjuntura, a educação passa a ocupar um lugar de destaque: a sociedade urbano-industrial demandará que um contingente mais amplo de indivíduos tenha acesso à escolarização. Se por um lado, essa nova realidade fez com que a educação, pela primeira vez, fosse vista como necessária e pensada como um projeto nacional, por outro, os interesses pela expansão da educação nacional foram marcadamente orientados para atender ao crescimento econômico-industrial, em consonância com os interesses de uma minoria privilegiada (Zotti, 2002).

É nesse conjunto de transformações que a bandeira da reforma educacional e as ideias gestadas nos períodos anteriores, foram apropriadas e reformuladas pelo Governo de Getúlio Vargas, ocasionando uma série de mudanças no ensino superior brasileiro; entre elas, a promulgação do Estatuto da Universidade Brasileira, a criação do Ministério da Educação e a fundação de outras universidades.

No período entre 1945 e 1960, o ensino superior público no país não registrou um crescimento significativo. Ao longo desse período de 15 anos, a quantidade de estudantes saiu 41.000 para 95.000, refletindo a crescente demanda dos setores médios em expansão, originada pelo processo de desenvolvimento urbano e industrial. É importante ressaltar que – nesse intervalo de tempo – o sistema começou a se consolidar com a criação da rede de universidades federais. Esse desenvolvimento ocorreu – em grande parte – devido à transformação de algumas universidades estaduais em instituições federais e à propagação da concepção de

que cada estado do país deveria contar com pelo menos uma universidade federal (Durham, 2003; Sampaio, 1991).

Nesse ínterim – especificamente em 1951 – foram criadas duas importantes instituições voltadas para o desenvolvimento da pesquisa e de pesquisadores no país: o Conselho Nacional de Pesquisas (atual CNPq), e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (atual CAPES). Tais instituições foram um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa no país e desempenhariam, a partir de então, um papel fundamental na construção da pós-graduação nacional (Martins, 2003).

De modo geral – a partir de 1945 – a marcha de expansão do ensino superior foi acelerada pela ampliação do número de estabelecimentos isolados. Como exposto na Tabela 1, entre 1945 e 1960, foram criadas 223 novas escolas de ensino superior, um salto bastante considerável em comparação ao período anterior; as universidades correspondiam somente a pouco mais de 12% dessas instituições. Em 1960 havia, no país, apenas dez universidades federais, seis estaduais, oito particulares e três rurais.

Tabela 1 – Desenvolvimento do sistema de ensino superior no Brasil (1900-1968)

Período	Nº de escolas de ensino superior criadas no período
Até 1900	24
1900 a 1910	13
1910 a 1920	34
1920 a 1930	15
1930 a 1945	95
1945 a 1960	223
1960 a 1968	375

Fonte: Teixeira (1989). Organizado pelo autor.

No período de 1960 a 1968, foram estabelecidas 375 escolas adicionais, com notável crescimento tanto no setor público quanto no privado, sendo que este último registrou uma expansão em uma escala superior. Nesse período a rede nacional de

universidades foi ampliada para 48, sendo: 18 federais, três estaduais, dez católicas, sete fundações, cinco particulares e uma municipal, às quais se somam quatro universidades rurais (três federais e uma estadual). Esse aumento da presença das universidades no país se deu em virtude de um conjunto de acontecimentos que serão descritos a seguir.

DE 1960 AOS ANOS 2000: TRANSFORMAÇÕES QUE REFLETIRAM OS ANSEIOS POR UM ENSINO SUPERIOR MAIS DEMOCRÁTICO E INCLUSIVO

A década de 1960 marca um período de grande movimentação pela reforma da universidade brasileira. Intensificada pelas mudanças sociais advindas da sociedade industrial e urbana, a demanda por ensino superior foi a principal impulsora das transformações que ocorreram, nesse período, no sistema educacional superior do país.

Três críticas importantes eram feitas à estrutura das universidades naquela época: a primeira estava relacionada à figura do catedrático: um professor vitalício responsável por uma matéria específica. Esses catedráticos tinham o poder de escolher e demitir seus auxiliares, o que dificultava a criação de uma carreira universitária mais organizada. Outra crítica dizia respeito ao modelo de escolas profissionais, o que resultava em uma universidade dividida e isolada, com professores e alunos separados em cursos especializados em diferentes escolas. Também era apontado o caráter elitista da universidade, que beneficiava apenas uma pequena parte da população: as classes altas e médias urbanas (Sampaio, 1991).

Além da crescente demanda por ensino superior, é importante destacar outros acontecimentos significativos nesse período. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 – a primeira – resultou da Constituição de 1946, e sua

legislação complementar estabeleceu normas para a autorização e o reconhecimento das IES. O movimento estudantil, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), desempenhou um papel crucial ao promover seminários para discutir propostas de reforma universitária. Além disso, mobilizou-se em prol do aumento de vagas nas universidades, transformando a questão universitária em uma dimensão social e política mais abrangente. Em 1961, a criação da Universidade de Brasília marcou um marco na história das instituições universitárias no Brasil: a mais moderna do período e fundada a partir de um plano estruturado de unidades, institutos, centros e faculdades, diferenciando-se da integração de escolas isoladas existente até então (Barreyro, 2008).

Resumidamente, a década de 1960 foi marcada por repressão e expansão no contexto do ensino superior brasileiro. Em 1964, um golpe de Estado estabeleceu o governo militar, levando à reorganização da classe estudantil como uma forma de resistência; nesse processo teve da universidade pública seu principal ponto de apoio. Isso desencadeou um confronto direto entre estudantes e governo. Os militares utilizaram diversas formas de repressão intervindo nas universidades públicas, afastando professores identificados como seguidores do marxismo e simpatizantes da luta dos estudantes, além de prisões, torturas e perseguições a líderes estudantis e professores. O movimento estudantil foi desmantelado em 1968 devido ao endurecimento das posições do governo; no entanto, essas mobilizações deixaram um impactante legado na história do ensino superior no Brasil, pois entender o debate contínuo sobre esse nível de ensino no país sem reconhecer a importância do movimento estudantil, seu entusiasmo e a força gerada por ele, torna-se uma tarefa difícil (Durham, 2003).

A mobilização estudantil dos anos 1960 foi um divisor de água no ideal de modelo de ensino superior que deveria ser construído para a sociedade brasileira. Sobre isso, Durham (2003) destaca que o modelo de ensino superior que emergiu

nesse ambiente de fervor revolucionário tem servido como referência para todas as contendas políticas subsequentes sobre a questão. De acordo com esse modelo, a educação superior deve ser conduzida exclusivamente em instituições públicas e gratuitas, que integram ensino e pesquisa. Essas instituições devem ser autogeridas por representantes eleitos diretamente pelos professores, alunos e funcionários. Todos os cursos devem oferecer uma formação abrangente, conferindo aos graduados um diploma de bacharel ou uma qualificação profissional e permitindo o ingresso em profissões regulamentadas.

Nesse contexto, foi implementada a reforma universitária de 1968. Após uma série de estudos encomendados pelo Ministério da Educação¹, a reforma incorporou algumas demandas do movimento estudantil. No entanto, a lógica subjacente à reforma confrontou-se com os interesses do modelo socioeconômico do governo, que buscava expandir a oferta de ensino superior. Apesar de sua natureza autoritária, antidemocrática e centralizadora – uma vez que foi estabelecida no mesmo ano da implementação do AI-5 pelos militares –, a reforma se revelou abrangente e profunda em suas mudanças. Entre as inovações introduzidas, destacam-se: a) a implementação do vestibular unificado; b) a abolição da cátedra; c) a criação de uma carreira universitária fundamentada no mérito acadêmico; d) a instituição do departamento como menor unidade de ensino e pesquisa; e) o estabelecimento dos colegiados de cursos; f) a adoção do sistema de créditos e da matrícula por disciplina; g) o desenvolvimento da carreira do magistério e h) a expansão da pós-graduação (Fávero, 2006).

¹ Em 1965 o Ministério da Educação e Cultura convidou o consultor americano Rudolph Atcon que realizou estudo que propunha a implantação de modelo empresarial de estrutura administrativa universitária. Houve também o estudo da Comissão Meira Matos instituída pelo governo para analisar as questões estudantis. Ainda, o Grupo de Trabalho Interministerial para estudo e implantação da Reforma Universitária, instituído por decreto federal, em 1968, e constituído por membros do Ministério da Educação (o ministro o presidia), do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Congresso Nacional e membros das universidades (Barreyro, 2008, p. 18).

A reforma foi modificada para se alinhar aos objetivos do regime. Na prática, a expansão do ensino superior, demandada pelos jovens estudantes, ocorreu principalmente através da abertura indiscriminada de escolas isoladas privadas, mediante autorizações do Conselho Federal de Educação, em vez de um aumento no setor público. Na realidade, foram os estabelecimentos isolados que passaram a ser a norma para a expansão do ensino superior (Saviani, 2011).

Deste modo, a história do ensino superior brasileiro pós-reforma universitária – de 1968 –, concretizou-se como um projeto articulado e necessário para a legitimação do modelo socioeconômico adotado pelos governos militares autoritários. A exigência de mão-de-obra diplomada para atender às demandas na nova fase do capitalismo no país obrigou a busca de soluções por parte desses dirigentes. A alternativa escolhida foi a de favorecer a ampliação do setor privado de ensino (Silva Jr.; Sguissardi, 2020).

No decorrer da década de 1970, o número de alunos matriculados em instituições privadas superava o número de alunos matriculados em instituições públicas. Em 1965, das 352.096 matrículas registradas em IES do país, 56,2% estavam situadas em unidades públicas e 43,8% nas privadas. Em 1970, dos 425.478 alunos matriculados 49,5% estavam nas IES públicas e 50,5% nas privadas. Desde então, essa tendência continuou se acentuando e – em 2000 – as matrículas em faculdades privadas já correspondiam por 67,1% do total (Tabela 2).

Tabela 2 – Expansão das matrículas em instituições públicas e privadas no Ensino Superior brasileiro (1945-2000)

Ano	Público		Privado		Total
	Matrículas	% do total	Matrículas	% do total	
1945	21.307	52,0	19.968	48,0	40.975
1960	59.624	56,0	42.067	44,0	95.691
1965	182.696	56,2	142.386	43,8	352.096
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478

1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
1995	700.540	39,8	1.059.163	60,2	1.759.703
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245

Fonte: Durham (2003). Organizado pelo autor.

Conforme Macedo *et al.* (2005), durante esse período, foram as instituições não universitárias – em sua maioria privadas e criadas a partir de 1970 – que impulsionaram a expansão do sistema de ensino superior. Em 1980, o Brasil contava com 882 IES, sendo 65 universidades, 20 faculdades integradas e 797 instituições isoladas. O número total de matrículas, que era de 352.096 em 1965, aumentou para 1.377.286 em 1980, sendo 64,3% delas em instituições não universitárias.

A década de 1980 representou um período de estagnação para o ensino superior. Provavelmente influenciado pela crise econômica e pela inflação crescente que caracterizaram a década, o sistema experimentou um crescimento apenas marginal até meados de 1995. O número de instituições aumentou de 882 para 994, enquanto as matrículas evoluíram modestamente a uma taxa anual média em torno de 1,65%, passando de 1.377.286 para 1.759.703. Somam-se à quantidade de instituições criadas, eventos significativos desse período impactando na trajetória do ensino superior brasileiro, destacando-se a Constituição de 1988 e a nova LDB de 1996 (Durham, 2003; Macedo *et al.*, 2005).

A Constituição de 1988 incorporou os princípios da autonomia universitária e da inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ela estabeleceu a gratuidade do ensino nas instituições públicas, assegurou planos de carreira para os trabalhadores da educação e determinou que o ingresso nesses cargos ocorresse exclusivamente por meio de concursos públicos de provas e títulos (art. 206 e 207). Adicionalmente, concedeu autonomia ao setor privado para oferecer ensino, desde que obedecidas as normas gerais da educação e mediante autorização e avaliação do poder público (art. 209) (Brasil, 1988).

A LDB (nº 9.394/96) – mesmo passando por diversas alterações desde sua aprovação – estabeleceu as bases da educação nacional, incorporando várias inovações ao ensino superior. Em alinhamento com os princípios constitucionais, essa nova legislação promoveu uma ampla diversificação no sistema de ensino superior. Isso se deu mediante a introdução de novas categorias de instituições, tais como universidades especializadas, institutos superiores de ensino e centros universitários. Adicionalmente, a LDB previu a criação de novas modalidades de cursos e programas, lançou os fundamentos para o desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação superior em âmbito nacional, determinou a obrigatoriedade de cursos noturnos nas instituições públicas, mantendo os padrões de qualidade do período diurno, e regulamentou e institucionalizou a educação a distância.

Nesse cenário, observa-se que o período de meados da década de 1960 ao início dos anos 2000 foi caracterizado por uma série de mudanças institucionais, econômicas e jurídicas que repercutiram na formação do ensino superior brasileiro. O Quadro 1 traz um panorama dos marcos ou tendências desse período, com as fases da política econômica e a história do Brasil de um lado; os principais traços do ensino superior, do outro.

Quadro 1 – Panorama das mudanças político-econômicas e do ensino superior no Brasil (1964-1988)

Traços político-econômicos da história do Brasil	Traços do ensino superior
1964-1968	
O Golpe de 1964 muda os rumos do desenvolvimento do país, interrompe o movimento pelas Reformas de Base e culmina com o Ato Institucional 5 (AI-5).	Um período rico de discussão sobre o papel da Universidade no desenvolvimento do país é interrompido pela Reforma Universitária de 1968 e com o endurecimento do regime militar.
1968 – 1980	
O "milagre econômico" garantiu crescimento econômico acoplado ao aumento das desigualdades e repressão às demandas sociais	A reforma universitária de 1968 buscou ajustar a situação educacional à nova orientação política e econômica; ampliação da privatização.
1980-1988	
A crise econômica amplia os movimentos para a abertura democrática no Brasil, que acaba ocorrendo e culminando com a Constituição Federal de 1988.	Movimentos sociais se unem para garantir que conste na Constituição a educação como direito, pela primeira vez na história do Brasil.
1990 - 2003	
O Brasil adota uma política econômica inspirada no Consenso de Washington, juntamente à adoção do Plano Real.	Neste período foi criado o FIES e é aprovada a LDB, importante marco para a educação. Abre-se outro período de ampliação da privatização.

Fonte: Oliveira (2019). Organizado pelo autor.

Importante ressaltar que – ao longo de toda história do Brasil – o ensino superior foi concebido de forma a aumentar a desigualdade e manter privilégios, mesmo em períodos de crescimento econômico, como nos anos do milagre.

A Constituição de 1988 começa a abrir espaço para mudar essa realidade histórica, garantindo direitos e tornando a educação, pela primeira vez, um direito de todos. A Constituição abriu a possibilidade de eliminar as desigualdades no acesso aos direitos sociais, incluindo o acesso ao ensino superior. No entanto, a crise financeira da década de 1990 e a adoção do neoliberalismo atrasaram a adoção de

políticas públicas que pudessem – efetivamente – atingir esses objetivos no ensino superior público (Oliveira, 2019).

Nesse contexto em que a capacidade estatal de investimento no setor público do sistema chegou ao seu limite, a partir de meados dos anos 1990, o ensino superior vivencia uma expansão robusta, tendo como principal impulsionador o setor privado. Diferentemente, a participação do setor público se reduziu – continuamente – entre 1995 e 2000, basta observar as taxas de matrículas em IES públicas que caíram de 39,8% do total para 32,9% nesse íterim. Como exposto anteriormente na Tabela 3, o setor privado expandiu-se consistentemente. As taxas de matrículas no setor particular que – em 1995 – correspondiam por 60,2% do total, aumentaram essa participação para 67,1% em 2000.

A integração do setor privado no ensino superior brasileiro também se reflete nos tipos de instituições. Entre 1995 e 2000, as universidades privadas, que já compunham a maioria das universidades brasileiras, aumentaram ainda mais sua participação, chegando a 85,1% das instituições em 2000, como exposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Instituições de ensino superior segundo a categoria administrativa (1995-2000)

Tipo/Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Públicas	23.5	22.9	23.5	21.5	17.5	14.9
Privadas	76.5	77.1	76.5	78.5	82.5	85.1

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados de INEP (2021).

Considerando os aspectos mencionados até aqui, deve-se notar que as mudanças no ensino superior – no Brasil, desde a chegada dos portugueses até o início do século XXI – produziram um sistema com várias particularidades. Para Sampaio (1991), uma dessas características está relacionada ao fato de que a expansão do ensino superior no Brasil se deve, em grande parte, à expansão do setor privado. Outra peculiaridade é que, apesar de toda a sua evolução, o percentual de

peças que ingressam na universidade no Brasil é muito baixo em comparação com o de outros países da América Latina².

A CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO ENSINO SUPERIOR COMO HERANÇA DE FORMAÇÃO

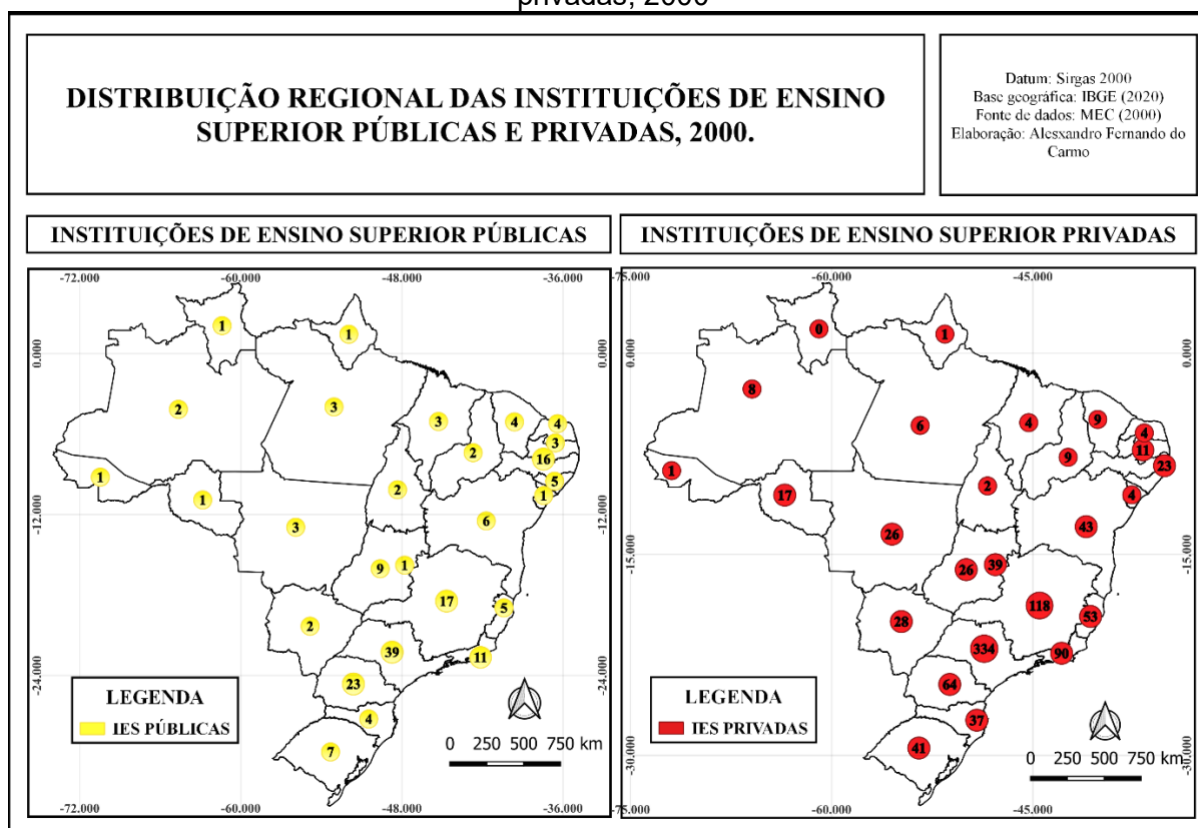
Uma peculiaridade que distingue o sistema de ensino superior brasileiro refere-se às marcantes disparidades regionais presentes em sua composição. Olhando para a distribuição do ensino superior público e privado no país no início do século XXI, observa-se um forte contraste entre a região Sudeste e o restante do país. Em 2000, só o Estado de São Paulo tinha 31,6% das instituições públicas e privadas concentradas em seu território. Em nível regional, o Sudeste tinha 56,5% dessas unidades de ensino naquele ano.

A Figura 1 mostra – claramente – a assimetria na distribuição regional das IES no início do século XX. Note-se que as regiões Norte e Nordeste possuíam poucas instituições de ensino públicas e privadas. Os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas e Paraíba tinham menos de cinco universidades públicas, enquanto São Paulo tinha 39, Paraná 23, Minas Gerais 17 e Rio de Janeiro 11. Para as escolas particulares, a diferença era ainda mais pronunciada. Basta notar que, enquanto São Paulo possuía 334 IES particulares, os estados do Norte e Nordeste juntos chegavam

² Dados recentes da OCDE mostram que – no Brasil – a parcela de jovens de 25 a 34 anos com ensino superior completo foi de apenas 21% em 2019. Tal proporção é a menor entre os países latino-americanos analisados: Argentina (40%), Chile (34%), Costa Rica (31%) e Colômbia (30%). Ao alargar a observação para os países da OCDE, nota-se com ainda mais nitidez o alusivo atraso brasileiro na formação de seus jovens na educação terciária. A média de conclusão entre os integrantes da organização foi de 45%, com alguns casos de destaque como: Coreia do Sul (70%), Irlanda (70%), Canadá (63%) e Japão (62%).

a pouco mais de 140 IES; no entanto, a exclusão da Bahia da última contagem reduz esse número para cerca de 100 instituições.

Figura 1 – Mapa de distribuição regional das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, 2000



Fonte: Dados do MEC (2020)

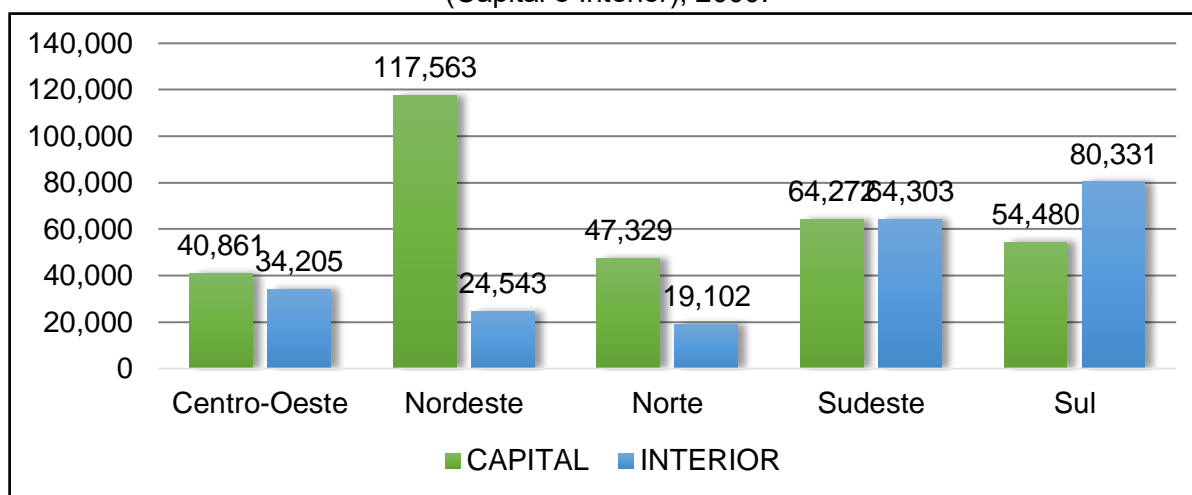
Como resultado da concentração regional das instituições de ensino, a distribuição da população brasileira com ensino superior completo também se tornou regionalmente desigual. Em 2000, dos 5,6 milhões de graduados (3,18% da população nacional), 60% estavam fixados no Sudeste, 16% no Sul, 14% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 3% no Norte. Em 2010, o número de graduados aumentou para 12,7 milhões, representando um crescimento de 127%. O Sudeste, embora ainda

concentrasse a maior parcela da população mais instruída, viu sua participação cair para 53,9%. Em contraste, o Nordeste aumentou para 16,4%, o Sul para 16,3%, o Centro-Oeste para 8,6% e o Norte para 4,8%. Dessa forma, mesmo com a queda de 6,1 pontos percentuais no Sudeste, essa região continuou liderando em concentração de graduados, enquanto as outras regiões registraram crescimentos notáveis em seus percentuais (IBGE, 2000, 2010).

Essa desigualdade na distribuição espacial de IES e pelo país pode ser explicada – inicialmente – pelo modo como se deu a ocupação do território nacional voltado para a especialização primário exportadora no Nordeste, sobretudo na faixa litorânea e – posteriormente – por um processo de industrialização concentrado do Sudeste do país. A maneira pela qual se deu a formação do complexo econômico nordestino não demandou em nenhuma etapa uma quantidade significativa de quadros de trabalhadores especializados a ponto de se fazer necessário criar escolas ou universidades. Por sua vez, na Região Sudeste a gestação da economia cafeeira possibilitou um processo de crescimento urbano associado a formação de uma classe empresarial e de um dinâmico setor industrial e de serviços que exigiu uma força de trabalho escolarizada (Furtado, 2007; Zotti, 2002).

Outro fator que explica a concentração regional do ensino superior são as matrículas em universidades federais. Observado o Gráfico 1, podemos concluir que – em 2000 – o acesso ao ensino superior no interior do país era limitado, principalmente no Nordeste. Os números de matrículas realizadas nas universidades federais nas capitais e no interior do país apresentam certas disparidades. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste tiveram a maioria das matrículas registradas, naquele ano, concentradas nas capitais. A região Nordeste apresentou as maiores diferenças entre as regiões. Apenas 17% de todas as matrículas na região ocorreram no interior.

Gráfico 1 – Distribuição de Matrículas em Universidades Públicas Federais por Localização (Capital e Interior), 2000.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do MEC (2000).

A Tabela 4 compara o ensino superior da região sudeste com outras regiões da república no início deste século. Em 2000, assim como as IES públicas e privadas, as matrículas em cursos de graduação presencial estavam – da mesma maneira – concentradas no Sudeste. No pós-graduação, a concentração era ainda maior. De todos os programas existentes naquele ano, 60,1% estavam localizados no Sudeste, as demais regiões detinham apenas 39,9%. É também no Sudeste que se concentrava a maior parte das matrículas em programas de pós-graduação, bolsas da Capes e professores de ensino superior com título de doutor, 67,6%, 66% e 64,7%, respectivamente.

O reflexo dessa concentração se mostra também na quantidade de mestres e doutores titulados, com destaque para esses últimos. Nesse período, entre os mestres acadêmicos e profissionais titulados no país, 61,5% estavam localizados no Sudeste do país. Ainda mais notória era a concentração de doutores titulados que – em 2000 – chegavam a 82,5% no Sudeste, enquanto somente 17,5% estavam nas outras regiões.

Tabela 4 – Diferenças regionais do sistema de ensino superior brasileiro, 2000

	% na Região Sudeste	% em todas as outras regiões
Instituições de Educação Superior	56.5	43.5
Matrículas em cursos de graduação presencial	51.9	48.1
Matrículas de graduação em Instituições públicas	34.3	65.7
Matrículas de graduação em Instituições privadas	60.5	39.5
Programas de pós-graduação	60.1	39.9
Matrículas em Programas de Pós-Graduação	67.6	32.3
Mestres acadêmicos e profissionais titulados	61.5	38.5
Doutores titulados	82.5	17.5
Docentes com doutorado	64.7	35.3
Bolsas de estudo de pós-graduação da Capes	66	34

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados de Geocapes (2021); Inep (2021).

Esse quadro histórico de formação e evolução do ensino superior brasileiro, que revelou alguns traços bastante peculiares, como a elitização do ensino superior, a concentração regional e a pequena quantidade de universidades públicas no interior do país, sofreu importantes transformações nos anos iniciais do século XXI. Entre 2003 e 2014, período de pujante crescimento econômico combinado com redução das desigualdades sociais e regional, um conjunto de políticas públicas voltadas para a ampliação das instituições de educação superior e para a inclusão educacional foram executadas, alterando – em vários aspectos – inclusive no regional, o formato que o ensino superior no Brasil assumiu ao longo de sua formação.

Na esteira dessas transformações, é imperioso destacar o processo de interiorização das instituições públicas de ensino superior. Segundo Araújo (2013), as políticas regionais de educação superior impactaram positivamente na redução das desigualdades regionais herdadas. A implantação de *campi* de universidades e institutos federais em pequenas e médias cidades do interior do país, especialmente

do Nordeste, foi o pilar de um movimento de desconcentração regional que possibilitou o acesso ao ensino superior a milhares de pessoas que, dado o padrão anterior, não conseguiriam tal oportunidade. Em suma, a autora pondera que as políticas federais educacionais do período, particularmente dos Governos Lula (2003-2006 e 2007-2010), foram – em geral – favoráveis à construção de um país menos desigual regionalmente.

Para Almeida *et al.* (2023), o contraste histórico no acesso ao ensino público superior entre regiões ricas e pobres do Brasil só começou a ser efetivamente alterado nos primeiros anos do século XXI com a mudança na atuação do Estado brasileiro. Políticas públicas voltadas para a universalização desse nível de ensino, como os programas Expandir e Reuni dos governos Lula e Dilma (2003-2014), resultaram na criação de 18 novas universidades federais e 173 novos *campi*, promovendo uma distribuição mais equitativa das instituições de ensino superior entre as regiões. Essas políticas reduziram a desigualdade no acesso à educação superior, especialmente beneficiando o Nordeste. No entanto, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro ocorreu uma alteração no panorama econômico nacional, somado à crise fiscal e à recessão levaram a uma política de austeridade fiscal, com cortes significativos nos investimentos em educação, interrompendo as políticas de expansão e inclusão do ensino público superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado no início deste texto, nosso propósito era apresentar um panorama histórico holístico do ensino superior brasileiro, buscando demonstrar como se deu sua formação concentrada regional e socialmente.

Um olhar sobre o contexto histórico em que se originou o ensino superior no Brasil mostra que esse nível de ensino foi concebido de maneira a manter privilégios e reforçar as desigualdades sociais e regionais que marcam o país. Originalmente criado como ferramenta de dominação a serviço da exploração metropolitana, o ensino terciário se encorpou de forma tímida até as primeiras décadas do século XX, quando entra em voga a ideia de uma reforma educacional que visava a criação de grandes universidades públicas. Foi nesse ínterim que surgiu a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920. Nesse intermédio, desenvolveu-se também o sistema educacional paulista que nasce como resposta às transformações econômicas e sociais pelas quais o Estado de São Paulo estava passando e será – a partir de então onde a grande maioria das universidades públicas e privadas, cursos de graduação e pós-graduação e a pesquisa acadêmica irão concentrar-se.

A região sudeste, a partir de São Paulo, concentra as grandes estruturas do sistema de ensino superior brasileiro. Muitas unidades de ensino superior – públicas e privadas – estão agrupadas na região, assim como a maioria das matrículas de graduação e pós-graduação, pesquisadores qualificados (mestrado e doutorado) e bolsas de estudo. Enquanto isso, as áreas menos privilegiadas do país continuavam distantes da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Assim, elitizado regional e socialmente, o acesso às universidades permaneceu, por muito tempo, privilégio de alguns.

Além disso, a reprodução de desigualdades no acesso ao ensino superior não se encerra com a escassez de instituições de ensino superior. Nessas áreas – onde a presença de universidades públicas ou é limitada ou não se municiou de olhares e instrumentos que pudessem acolher o estudante proveniente de formação não tão qualificada – abre-se espaço para que grandes conglomerados educacionais da rede privada se estabeleçam. Estes grupos – que têm a educação como um negócio –

estão predominantemente focados no lucro e acabam oferecendo um ensino superior de baixa aligeirado; conseqüentemente, de qualidade aos menos privilegiados (em termos de renda, oportunidades e formação básica sólida). Esse fenômeno, que resulta na oferta de um ensino precário, culmina em um ciclo perverso de perpetuação, exclusão e reforço das desigualdades sociais.

Pode-se concluir que a oferta de ensino superior no Brasil – historicamente – apresentou um viés elitista, beneficiando predominantemente as classes médias e altas. Além disso, regionalmente, houve uma tendência de privilegiar as capitais do país, grandes cidades e regiões metropolitanas: os centros urbanos mais desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elesbão de; CARMO, Alesxandro Fernando do; MARINHO, Rokátia Lorrany Nogueira; QUEIROZ, Dayane Kelly de. Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local. **Economia & Região**, v. 11, n. 2, p. 195–219, 2023. DOI: 10.5433/2317-627X.2023.v11.n2.47015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/47015>. Acesso em: 16 maio. 2024.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 157-171.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Mapa do Ensino Superior Privado. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, 2008. Disponível em: <https://each.uspnet.usp.br/>. Acesso em 21 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 nov. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DURHAM, Eunice. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: Nupes-USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03). Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17–36, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEOCAPES. **Sistema de dados estatísticos da Capes**. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/>. Acesso em: nov. 2021.

LDB. Leis de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.

MACEDO, Arthur Roquete de; TREVISAN, Ligia Maria Vettorato; TREVISAN, Péricles; MACEDO, Caio Sperandeo de. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127–148, 2005.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI**: inclusão interrompida? Campinas, 2019. 304 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro**: 1808 -1990. São Paulo: Nupes-USP, 1991. (Documento de Trabalho, n. 8 / 91) Disponível em:



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13624850>

e-ISSN: 2177-8183

<https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>. Acesso em: 12. set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da Educação superior no Brasil**: reformas do Estado e mudanças na produção. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ZOTTI, Solange. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos 80. **Quaestio: revista de estudos em educação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 65–81, 2002.